



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE GARANHUNS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ZOOTECNIA**

MONOGRAFIA

**O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. A PRODUÇÃO
ANIMAL AGROECOLÓGICA E AGRICULTURA FAMILIAR: desafios para a
Assistência Técnica e Extensão Rural**

ANA FABÍOLA ARAÚJO TORRES

**GARANHUNS – PE
JULHO - 2019**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE GARANHUNS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ZOOTECNIA**

MONOGRAFIA

**O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, A PRODUÇÃO
ANIMAL AGROECOLÓGICA E AGRICULTURA FAMILIAR: desafios para a
Assistência Técnica e Extensão Rural**

ANA FABÍOLA ARAÚJO TORRES

**Prof.^a Dra Horasa Maria Lima da Silva Andrade
Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE/ UAG – Unidade Acadêmica de
Garanhuns**

**GARANHUNS – PE
JULHO - 2019**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE GARANHUNS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ZOOTECNIA**

ANA FABÍOLA ARAÚJO TORRES

Monografia submetida ao Curso de Zootecnia como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Zootecnia.

Aprovado em 15/07/2019

EXAMINADORES

Prof.^a Dr.^a Horasa Maria Lima da Silva Andrade
Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE - UAG

Prof.^a: Dr.^a Safira Valença Bispo
Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE - UAG

Profa Dr.^a Daiane Felberg Antunes Galvão
Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE - UAG

DEDICO...

Este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, autor do meu destino, meu guia, socorro presente na hora da angústia, a minha mãe guerreira e lutadora, onde criou suas duas filhas sozinhas, mas com honestidade, e nos caminhos do bem, nos ensinou que ELE é o ser supremo acima de todos e de tudo, mulher de caridade com o coração do tamanho do mundo, a palavra perseverança é seu alicerce, por sua capacidade de acreditar e investir em mim. Mãe, seu cuidado e dedicação foram a força em momentos difíceis..., a esperança para seguir, sua presença significou segurança e certeza de que não estava sozinha nesta caminhada.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer em primeiro lugar a Deus pela força e coragem durante toda esta longa caminhada.

A professora Horasa Maria Lima da Silva Andrade pela paciência na orientação e incentivo que tornaram possível a conclusão desta monografia.

A todos os docentes que foram tão importantes na minha vida acadêmica, em especial Safira Valença Bispo, Rachel Lyra, Suzana Pereira, Jorge Lucena, Airon Melo, Daiane Galvão aos quais não só fizeram presentes em minha vida acadêmica como na minha vida pessoal também e me acolheram nas horas mais tristes e enxugaram minhas lágrimas quando tudo parecia perdido.

Aos meus amigos (as) que tanto me apoiaram e não deixaram que eu desistisse nunca, mesmo diante de tantas dificuldades, entre eles Sandy Emanuelle, Monique Dantas, Willian Xavier, Ionara Rodrigues, Layane Fernanda, Wellington Bizarria, Cintia Emanuelle talvez eles nem saibam o quanto foram incentivadores nessa jornada.

A escola Ranser Alexandre Gomes pelo apoio em todos esses anos.

A minha família, em especial minha mãe, Maria de Fatima, pela paciência e por não desistir de mim nos momentos das minhas fraquezas, me dando um apoio incondicional, minha irmã Paula Fabrícia, meu cunhado Alberto pelo incentivo, minhas sobrinhas Eloisa, Laura e Manoela por me fazerem uma pessoa melhor e mais forte.

A quem lutei todos esses anos para servir de exemplo, meu esposo Zilanio, pelo companheirismo e ajuda.

O futuro é feito a partir da constante dedicação no presente!!!

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca Ariano Suassuna, Garanhuns-PE, Brasil

T693p Torres, Ana Fabíola Araújo Torres
O programa nacional de alimentos escolar. A produção animal agroecológico e agricultura familiar: desafios para Assistência Técnica e Extensão Rural / Ana Fabíola Araújo Torres. – 2019.
40 f. : il.

Orientadora: Horasa Maria Lima da Silva Andrade.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação de Zootecnia) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Zootecnia, Garanhuns, BR - PE, 2019.
Inclui referências.

1. Agricultura familiar 2. Merenda escolar 3. Ecologia agrícola 4. Nutrição 5. Zootecnia I. Andrade, Horasa Maria Lima da Silva, orient. II. Título

CDD 630

TORRES, ANA FABÍOLA ARAÚJO. **O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, A PRODUÇÃO ANIMAL AGROECOLÓGICA E AGRICULTURA FAMILIAR: desafios para a Assistência Técnica e Extensão Rural.** 40 F, 2019. UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMUCO – UFRPE/ UNIDADE ACADEMICA DE GARANHUNS – UAG – CURSO DE GRADUAÇÃO EM ZOOTECNIA.

RESUMO

Este trabalho teve o intuito de abordar o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), objetivando caracterizar o programa de compra de alimentos da agricultura familiar, o PNAE, e os desafios para a compra da produção animal dos agricultores familiares por este programa, além de reflexões na perspectiva da Agroecologia. Como metodologia foi utilizada a revisão de literatura considerando quatro áreas temáticas: I- O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); II- A Agricultura Familiar; III- Agroecologia e Agricultura Familiar e IV- Produção Animal Agroecológica. Além disso, foi entrevistado um grupo de técnicos e extensionistas rurais a fim de investigar a percepção dos mesmos sobre os desafios para a aquisição da produção animal dos agricultores familiares pelo PNAE. Conclui-se que esse tema proporcione um aprendizado sobre a temática, em relação aos alimentos que estão sendo levado para as escolas, e como é importante para a segurança alimentar termos produtos de qualidade. Como estes programas de aquisição alimentar vêm beneficiando agricultura familiar, pois com isso os agricultores podem investir em suas propriedades; outro ponto que ficou bem evidenciado é a introdução de animais na agricultura familiar, a criação agroecológica que vêm possibilitando recursos financeiros para estas famílias. Além de adquirir conhecimento sobre os programas desenvolvidos pelo governo federal e como estes vêm transformando a realidade de muitos agricultores, empreendedores rurais entre outros.

Palavras-chaves: Agricultura familiar Alimentação Escolar. Compra Governamental. Nutrição. Zootecnia.

TORRES, ANA FABÍOLA ARAÚJO. THE NATIONAL SCHOOL FOOD PROGRAM. THE AGRICULTURAL ANIMAL PRODUCTION AND FAMILY FARMING: challenges for Technical Assistance and Rural Extension. 38 F, 2019. FEDERAL RURAL UNIVERSITY OF PERNAMUCO - UFRPE / ACADEMIC UNIT OF GARANHUNS - UAG - COURSE OF GRADUATION IN ZOOTECNIA.

ABSTRACT

The objective of this work was to address the National School Feeding Program (PNAE), aiming at characterizing the family farm food purchase program, the PNAE, and the challenges for the purchase of animal production from family farmers by this program, besides reflections from the Agroecology perspective. As methodology was used the literature review considering four thematic areas: I- The National School Feeding Program (PNAE); II- Family Agriculture; III- Agroecology and Family Agriculture and IV- Agroecological Animal Production. In addition, a group of rural technicians and extensionists were interviewed to investigate their perception of the challenges to the acquisition of livestock production of family farmers by the PNAE. It concludes that this topic provides a learning about the thematic, regarding the foods that are being taken to the schools, and how important it is to the food safety terms quality products. As these programs of food acquisition have benefited family farming, because with this the farmers can invest in their properties; another point that was well evidenced is the introduction of animals into family farming, the agroecological creation that have been making possible financial resources for these families. In addition to gaining knowledge about the programs developed by the federal government and how these have been transforming the reality of many farmers, rural entrepreneurs among others.

Key words: Family Farming School Feeding. Government Purchase. Nutrition. Zootecnia.

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1: Desafios relatados pelos Técnicos e Extensionistas entrevistados.....	33
---	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2- OBJETIVOS	13
3- METODOLOGIA	13
4- REVISÃO DE LITERATURA	14
4.1- PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PNAE	14
4.1.1 HISTÓRICO DO PNAE	14
4.1.2 RELAÇÃO COM A AGRICULTURA FAMILIAR.....	16
4.2 AGRICULTURA FAMILIAR	17
4.3 A VISÃO AGROECOLOGICA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO PNAE....	21
4.4 - PRODUÇÃO ANIMAL AGROECOLOGICA	26
5 – PERCEPÇÃO DE TÉCNICOS E EXTENSIONISTAS SOBRE A PRODUÇÃO ANIMAL: Desafios para ATER e Extensão Rural	30
PERCEPÇÃO DOS TÉCNICOS E EXTENSIONISTA.....	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	38

1. INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), pelos relatos históricos foi criado em 1979, e atualizados com base na Constituição Federal de 1988, onde é assegurado o direito à alimentação escolar a todos os alunos de ensino fundamental como suplementação à política educacional. Em 1993, começou a descentralização dos recursos destinados a alimentação escolar de estados e municípios, visando o aperfeiçoamento do desempenho; introduzir mudanças sistemáticas nas compras; a introdução de alimentos alternativos; utilização de produtos básicos in natura ou semi - produzidos da região, que possibilita renda para o comércio local, e a preservação de hábitos culturais da localidade, além de haver uma diversificação no cardápio (ABREU, 1996).

Nos dias de hoje é reconhecido como um dos maiores programas nacionais, que atende milhões de estudantes da rede estadual e municipal de ensino. No ano de 2016 o PNAE beneficiou 41 milhões de estudantes da rede pública do Brasil e, está baseado em um conjunto de normas, processos e procedimentos, para manter um atendimento universal de caráter suplementar (BRASIL, 2019).

O PNAE passou por várias modificações ao longo de sua história, mas com a Constituição Federal de 1988 assegurou o direito à alimentação para todos por meio dos programas que garantiam suplementação alimentar nas escolas oferecido pela esfera federal, estadual e municipal para educação básica (que corresponde a educação infantil, fundamental, ensino médio e Educação de Jovens e Adultos – EJA). Destinado para estudantes que estejam devidamente matriculados e frequentando a rede pública de ensino, além de escolas filantrópicas e entidades comunitárias devidamente cadastrada pelo poder público. Para que esse programa seja efetivado é feito transferências de recursos financeiros do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) (ANDRADE, 2006).

O Programa vem apresentando nos últimos anos um mecanismo muito importante de política de inclusão no meio rural, por inserir o conceito de alimentação adequada, onde visa à valorização da cultura local e a diversificação da agricultura

familiar em sua estrutura econômica e de organização coletiva. Como uma política pública, busca afirmação do papel da agricultura familiar e reconhecimento do agricultor familiar como produtor de alimentos de qualidade, assim em condições de participar da comercialização de seus produtos, conforme define o art. 4º da Lei nº 11.974/2009, podendo participar do processo de seleção por meio de chamada pública. Além de favorecer a estimulação de produção agrícola por meio da agricultura familiar e possibilitar alimentação de qualidade para a rede de ensino público (NUNES et al, 2018).

Na Lei nº 11.974/2009, Art. 14 estabeleceu-se que no mínimo 30% dos recursos que são repassados pelo FNDE para compra de alimentação escolar às secretarias municipais e estaduais de Educação devem ser advindas da agricultura familiar ou dos empreendimentos familiares rurais (BRASIL, 2009).

Mediante acordos formados e as diretrizes definidas em 2009, esse conjunto de alimentação escolar e agricultura familiar vêm promovendo uma importante transformação na realidade social brasileira, permitindo que alimentos diversificados, sazonais, com vínculo regional e até mesmo orgânicos, que são produzidos pela agricultura familiar, possam estar inseridos no cardápio da rede pública de ensino em todo território nacional, compreendendo um cardápio diversificado que esteja respeitando a cultura regional e o hábitos alimentares saudáveis (BRASIL, 2009).

A sociedade civil também faz parte do programa por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), o que é muito importante considerando o papel de órgão fiscalizador, em relação ao Controle Social que pode e deve ser exercidos por ele, com a monitoração das políticas públicas e/ou Programas. Este controle se dá por meio do acompanhamento das Entidades Executoras (ANDRADE, 2006).

A escolha deste tema foi baseada na minha experiência do local onde trabalho há 8 anos (Escola Municipal Ranser Alexandre Gomes), em Garanhuns, Pernambuco. A escola é beneficiária do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Enfim, o tema chamou bastante atenção por se tratar de algo que beneficie a agricultura familiar e os menos favorecidos nesse meio, que por meio de políticas de inclusão podem ter direito a acesso e permanência nas escolas, tendo também a importância da nutrição e segurança alimentar nas entidades .

Sabe-se que a produção animal agroecológica, não tem o devido reconhecimento, pois há vários entraves principalmente em relação à legislação que vigora nos Estados e municípios, quanto as exigências sanitárias, ou mesmo por questão de preço, pois o custo de produção é um pouco mais elevado, e por questões de desconhecimento do agricultor familiar dos programas e políticas governamentais e dos tramites legais para participar especificamente do programa PNAE.

2- OBJETIVOS

Caracterizar um programa governamental de compra de alimentos da agricultura familiar, o PNAE e os desafios para a compra da produção animal dos agricultores familiares por este programa, além de reflexões na perspectiva da Agroecologia.

Investigar a percepção de técnicos e extensionistas sobre os desafios para a aquisição da produção animal dos agricultores familiares pelo PNAE.

3- METODOLOGIA

Inicialmente foi realizada a revisão de literatura considerando quatro áreas temáticas:

I- O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);

II- A Agricultura Familiar;

III- Agroecologia e Agricultura Familiar;

IV- Produção Animal Agroecológica.

Posteriormente foram entrevistados, usando meios digitais, um grupo de 12 técnicos e extensionistas rurais de organizações governamentais e não governamentais de diferentes localidades do Estado de Pernambuco, a fim de investigar a percepção dos mesmos sobre os desafios para a aquisição da produção animal e derivados dos agricultores familiares pelo PNAE. O campo investigativo considerou o seguinte questionamento: Quais os desafios que você percebe para que a produção animal dos agricultores familiares seja comercializada nos programas como o PNAE?

Para análise dos dados apresentados na entrevista foram usadas a tematização e análise de categorias feitas através da análise do discurso. Foram usadas representações visuais por meio de gráficos e tabelas (Miles e Huberman, 1984), além de uso do excel.

4- REVISÃO DE LITERATURA

4.1- PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PNAE

O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, também conhecido como merenda escolar, é uma iniciativa do governo federal para garantir escoamento dos produtos e renda para agricultura familiar, bem como para alimentação das escolas.

4.1.1 HISTÓRICO DO PNAE

O Programa Nacional de Alimentação Escolar, conhecido como merenda escolar, é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e objetiva-se à transferência, de forma suplementar, de recursos financeiros aos estados, onde é destinado a suprir a carência nutricional dos alunos da rede pública de ensino. O PNAE é considerado o maior programa de alimentação escolar e o único que é universalizado (BRASIL, 2016).

Este programa teve início na década de 40 com o Instituto de Nutrição que defendia, junto ao Governo, oferecer às escolas alimentação de qualidade, mas não foi concretizado por falta de recursos na época. Na década de 50 teve a elaboração do Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, que foi chamado na época de Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil. Neste programa se estabelece pela primeira vez a estrutura de um programa de merenda escolar de forma nacional e de inteira responsabilidade pública (BRASIL, 2016).

Com a Constituição Federal de 1988, foi assegurado o direito à alimentação escolar para todos os alunos da rede escolar pública, isto por meio dos programas oferecidos pelos governos federal, estaduais e municipais. Desde a criação até o ano de 1993 todas as ações eram centralizadas, ou seja, todos os cardápios, as licitações, contratação de laboratórios especializados para controle de qualidade, a distribuição

eram de responsabilidade de um único órgão. A descentralização dos recursos para o programa foi efetuada por meio da Lei de municipalização da merenda escolar, nº 8.913/1994, por meio de parcerias com os municípios e com o envolvimento das Secretarias de Educação de cada Estado e do Distrito Federal. Neste período 70% dos municípios brasileiros aderiram à descentralização (BRASIL, 2018).

O PNAE é mundialmente conhecido como programa sustentável de alimentação escolar de maior sucesso. Dentro deste contexto se faz necessário ressaltar os Acordos Internacionais firmados com as Organizações das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO e com o Programa Mundial de Alimentos – PMA, em conjunto com Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores, que vem apoiando o desenvolvimento de Programas de Alimentação Sustentável na América Latina, Caribe, África e Ásia, com base nos princípios da Segurança Alimentar e Nutricional e dos Direitos Humanos à Alimentação Adequada.

O PNAE é acompanhado e fiscalizado pela sociedade, por meio dos Conselhos de alimentação Escolar (CAE), pelo Fundo Nacional de Alimentação Escolar (FNDE) , pelo Tribunal de Contas da União (TCU), Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público (BRASIL, 2015).

Atualmente, os valores repassados pela União a estados e municípios por dia letivo para cada aluno é por modalidade, etapa e ensino:

- Creches: R\$ 1,07
- Pré-escola: R\$ 0,53
- Escolas indígenas e quilombolas: R\$0,64
- Ensino fundamental e médio R\$0,36
- Educação de jovens e adultos: R\$0,32
- Ensino integral: R\$ 1,07
- Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em tempo integral: R\$2,00;
- Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contra turno: R\$0,53 (FNDE, 2015).

4.1.2 RELAÇÃO COM A AGRICULTURA FAMILIAR

De acordo com a Lei 11.947 de junho de 2009, Art. 14., do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

No parágrafo 1º explicita-se que “A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria” (BRASIL, 2009).

A agricultura familiar se articulou com o PNAE e assim houve debates sobre as Políticas Públicas, destacando-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.

A compra de alimento da agricultura familiar está fundamentada pela Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013 (atualizada pela Resolução CD/FNDE nº 04, de 2 de abril de 2015), que regulamenta a compra, distribuição entre outros tramites legais no âmbito do PNAE. Dentro desta resolução há etapas e o modo de funcionamento de como é feita a compra dos alimentos da agricultura familiar, que serão discutidas ao longo deste trabalho (BRASIL, 2019)

O extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) identificava os agricultores pela Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Este documento possibilita identificar o agricultor e vai possibilitar acesso às políticas públicas. Existem dois tipos de DAP's: a Física que identifica o produtor individual e a Jurídica que identifica as associações ou cooperativas de agricultores, devidamente formalizados. Nas DAP jurídicas estão todos os dados dos associados às cooperativas ou associação, com suas respectivas DAP individuais.

Para os agricultores que querem ser fornecedores de alimentação escolar, tem-se que seguir algumas condições:

- Grupos formais: possuir a DAP jurídica, esta vinculada a cooperativas ou associações devidamente formalizadas;
- Grupos informais: grupos de agricultores que possuem a DAP física e que tenham um projeto de venda;
- Fornecedores individuais: agricultores familiares que possuem a DAP física.

Para que o agricultor familiar possa ser fornecedor de alimentos para a educação escolar, tem que seguir alguns passos para que esteja dentro da legislação principalmente o que está apresentado na Lei nº 11. 947/2009:

1. Orçamento;
2. Articulação entre os atores sociais;
3. Cardápio;
4. Pesquisa de preço;
5. Chamada pública;
6. Elaboração do projeto de venda;
7. Recebimento e seleção dos projetos de venda;
8. Amostra para controle de qualidade;
9. Contrato de compra;
10. Termo de recebimento e pagamento de agricultores.

4.2 AGRICULTURA FAMILIAR

Savoldi & cunha (2010) relata em seus estudos que o surgimento da agricultura familiar no Brasil se deu após intensas lutas entre os senhores de terra e as classes trabalhadoras, que trabalhavam nas piores terras e fundavam próximo ou distante aos grandes latifúndios, cultivos de subsistência, casas de farinhas, engenhos rudimentares para produção de aguardente. Neste momento começa a degradação do sistema escravista e o monopólio das terras.

O que relatam os historiadores é que essas pequenas porções de terras foram se constituindo aos poucos e com a crise da cafeicultura no Brasil, que era a atividade principal da economia que movimentava o país; a solução encontrada foi reestruturar as

divisões de terras. Isso foi muito importante para os imigrantes, pois significou reafirmação das condições de desenvolvimento do capitalismo no Brasil quando houve a valorização da terra como meio de produção (GRAZIANO DA SILVA, 1978). Essa divisão de terras ocorreu paralelo ao crescimento dos centros urbanos, como Rio de Janeiro, São Paulo, Santos e Campinas, e veio atender funções voltadas para a atividade cafeeicultora.

Com as mudanças econômicas que ocorreram na década de 90, a expansão dos mercados foi o grande fator que influenciou no espaço mundial, justamente nesta fase há uma “redescoberta” da agricultura familiar. Final do século XX, agricultura familiar ganhou um espaço muito diversificado, dentro da mídia e na política nacional, e nas disputas para saber qual entidade os representariam (PINHEIRO, 1999). Diante disso, no ano de 1995 foi lançado pelo governo o PLANAF (Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que era mais uma linha de créditos para custeio. Depois das reivindicações da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura), culminou com a criação do PRONAF (Programa Nacional dos Trabalhadores da Agricultura Familiar) no ano seguinte. Que visam o desenvolvimento sustentável do meio rural, mais especificamente agricultores familiares, onde propiciam um acréscimo na produção, na geração de empregos e na melhoria da renda da família (SOUZA, 1999). Isto vem sendo muito importante para a luta da agricultura familiar, pois trás melhorias para o meio rural, possibilitando melhor qualidade na produção; com isso, várias décadas depois a agricultura familiar tem seu reconhecimento dentro agricultura brasileira.

Diante desta nova realidade, afirma-se que este constante crescimento da agricultura familiar se dá pela integração campo-cidade que é cada vez maior. E é diante disto que surge a crescente discussão sobre este “novo” mundo rural (GRAZIANO DA SILVA, 1998). Isso faz com que coloquemos o agricultor com um “novo” ator social, pois verificamos que na atualidade há o desenvolvimento de atividades agrícolas e não agrícolas por parte desta nova agricultura familiar.

Sabe-se que com essa revolução tecnológica denominada de Revolução Verde, (década 1970), a agricultura teve um avanço significativo, formou vários centros de estudo e pesquisas por todo o Brasil, para uma melhoria genética das sementes e agregação de insumos com a promessa de solução da fome. Como destaque deste pacote

de soluções houve a associação da mecanização, utilização de insumos químicos, crédito rural e extensão rural, objetivando uma maior produtividade das culturas e a dependência dos agricultores às empresas multinacionais que são detentoras dos pacotes tecnológicos (SAVOLDI & CUNHA, 2010).

Justamente um dos reflexos foi a implantação da monocultura da soja, principalmente nas grandes propriedades, o que acarretou em um êxodo rural muito grande. A substituição de culturas básicas como feijão, arroz entre outras pelas grandes plantações de sojas, dispensou muitas famílias que dependiam desta agricultura, onde suas funções de trato das culturas e fitossanitários passaram a ser feito por máquinas e defensivos químicos. Com isso, sem emprego e moradia, essas pessoas migraram para os grandes centros urbanos, que não tinham a capacidade de absorver essas pessoas, mão de obra desqualificada e despreparada para as atividades na cidade (SAVOLDI & CUNHA, 2010)

Hoje enxergamos que a Revolução Verde foi um divisor excludente, seletiva de mão de obra, pois tornou prejudicial para agricultores familiares, pois os insumos com preços elevados, dependendo das indústrias multinacionais foi uma catástrofe para a agricultura familiar, porque muitos não detinham condições financeiras para arcar com esses custos. Então há essa leva de abandono do campo interferindo diretamente na agricultura familiar.

Há varias definições para agricultura familiar. Os estudiosos a definem de maneira bem heterogênea, apresentam características próprias, de influência da diversidade regional, tanto na cultura como na economia até a política local. Estudos detalhados de cada uma delas tornam-se necessário para compreendermos esta diversidade teórica, política e social em que a agricultura familiar esta inserida (VAVOLDI & CUNHA, 2010).

Apesar de tantos estudos não se tem uma explicação concreta da razão da agricultura familiar estar inserida na agricultura moderna, sabendo que seu lucro é baixo e que seus produtos são para própria subsistência. Loureiro (1987) destaca que produtores familiares não são capitalistas, sendo definidos como camponeses ou produtores simples de mercadorias.

Lamarche (1998) define agricultura familiar como a praticada pelo produtor simples relacionando o tamanho de seu estabelecimento agrícola:

O que é produzido nos estabelecimentos (cultivados em pequenas áreas, menores que dez hectares), destinado a alimentação da família, apenas uma pequena parte é comercializada. Então temos que admitir que é mais uma forma de subsistência e de sobrevivência do que um modelo camponês (LAMARCHE, 1998, p. 76).

Baseado nesta concepção, Loureiro (1987, p.98) conclui que este produtor apenas planta para seu sustento e o pouco que excede ele vende para complementar a renda.

Até recentemente a agricultura familiar era vista como dos “pobres do campo”, onde eram aqueles pequenos produtores, de baixa renda; porém esta concepção vem sendo modificada em função da sua grande importância na categoria de produção de gêneros alimentícios. Atualmente os agricultores familiares são vistos como detentores de uma agricultura diferenciada e alternativa da agricultura dominante no país. Moreira (1998) relata que o trabalho da família e a produção agrícola está sempre em constante modificação, isso acarreta uma valorização do capital. E isso nos leva a compreender que é fundamental para a sociedade essa readaptação da agricultura familiar.

Quando se fala em agricultura familiar a imagem que se transmite é de uma família precária, em condições de trabalho precário, com baixa tecnologia, mas na verdade isto não é uma regra fixa, porque dentro do mesmo território pode haver um produtor que continue com as técnicas de agricultura convencionais e outra propriedade que investe em sistemas com tecnologias mais modernas (ABRAMOVAY, 1992).

Pensando na conjuntura familiar a FAO em 1994 definiu que a agricultura familiar é uma gestora de unidade produtiva que mantém os laços afetivos e de consanguinidade. Sabendo que todas as atividades são realizadas pela família que geralmente trabalha na terra de outras pessoas, a FAO divide a agricultura familiar em três categorias centrais, básicas, estratificada, com base na renda. São elas:

- Familiar consolidada, integrada ao mercado;

- Familiar de transição;
- Familiar de subsistência ou periférica.

Guanziroli e colaboradores (2001) não só classificam como definem que os produtores rurais são famílias que trabalham em suas propriedades sem contratar mão de obra assalariada, assim sendo os próprios membros da família são quem cuidam da terra.

Então como base nestas definições de vários autores, podemos simplificar explicando que a agricultura familiar é constituída de pessoas que trabalham no campo, utilizando principalmente mão de obra familiar na atividade produtiva, não contratando mão de obra assalariada e que suas propriedades não ultrapassem 4 módulos fiscais.

4.3 A VISÃO AGROECOLOGICA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO PNAE

O que é agroecologia? A agroecologia é definida como uma nova ciência, que têm seus princípios e bases dentro uma convicção de que é possível reorientar o uso e o manejo dos recursos naturais, ampliando a inclusão social, reduzindo os danos ambientais e fortalecendo a segurança alimentar e nutricional, com a oferta de alimentos de qualidade e saudáveis para a população brasileira (CAPORAL, 2009).

Em 2003 foi promulgada a Lei nº 10.831 que discorre sobre a agricultura orgânica, o Brasil ampliou as políticas, com objetivo de promover os sistemas de produção que abrangem esta lei e oficializando essa transição agroecológica e a produção orgânica baseando na ecologia e voltada estrategicamente para um desenvolvimento rural com sustentabilidade. Tendo como público alvo os agricultores familiares, com ênfase nas mulheres, jovens e populações de comunidades tradicionais, a Política Nacional de Agroecologia de Produção Orgânica – PNAPO - reuniu e articulou todas as ações que já vinham sendo desenvolvidas pelo governo, além de possibilitar que novas ações pudessem ser desenvolvidas para impulsionar esse sistema produtivo.

No governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2003 começaram as articulações entre Estado e Sociedade Civil, principalmente em relação à formulação

e execução de políticas públicas. Vários autores tiveram uma grande oportunidade para participar desta construção colocando suas reivindicações em pauta, uma delas foi a dos atuantes da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e também os que estavam diretamente vinculados ao campo agroecológico (GRISA E SCHNEIDER, 2015). Diante disso, o Brasil ganhou destaque ao que refere à agricultura familiar e promoção da segurança alimentar. Outras questões foram agregadas como a preocupação com a nutrição e o combate à fome e à miséria; o surgimento do Programa Fome Zero; reinstalado e reestruturado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional- CONSEA – com gestão do estado e sociedade civil. Dentro desta estrutura de gestão e política transcorreram as discussões sobre as bases produtivas, onde se dá vida aos programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (MONTEIRO E LONDRES - Ipea, 2017).

Em agosto de 2012 foi instituída a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Pnapo, um marco histórico para o movimento agroecológico brasileiro. Ela é fruto dos marcos históricos e muita luta dos agricultores e sindicalistas; fortalecimento das redes locais de inovação agroecológica, da Associação Brasileira de Agroecologia - ABA e da Articulação Nacional de Agroecologia - ANA; como atenção agroecológica para os movimentos sociais do campo e das florestas e das pressões que eles fizeram ao governo federal; conjunto de políticas e programas criados, aprimorados ou ampliados pela gestão vigente, onde observa gestores que conhecia o movimento da agricultura familiar, dos povos e comunidades tradicionais; e reivindicações do movimento agroecológico (MONTEIRO E LONDRES - Ipea, 2017).

A criação desta política foi defendida e enfatizada pelas mulheres dos movimentos sociais do campo, durante a Marcha das Margaridas em 2011, o que tornou pauta da agenda dos governantes. Assim a ANA trabalhou afincado para construção das propostas para apresenta-las ao governo federal. Foram realizados seminários regionais e nacionais e assim foi produzido um documento. Em novembro de 2012 foi constituída a Comissão Nacional de agroecologia e Produção Orgânica – Cnapo; a ANA desempenhou papel importantíssimo na discussão do I Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo 2013 a 2015; assim como também para o II Planapo 2016 – 2019. Embora nem todas as propostas foram aceitas pelo governo federal podemos destacar as que o plano contemplou: aprimoramento, integração das políticas

de Ater, apoio aos núcleos de agroecologia, conservação das sementes crioulas, mercados institucionais, promoção aos produtos da sociobiodiversidade, apoio as redes territoriais de agroecologia, registros de produtos fitossanitários para produção orgânica, entre outros. A Pnapo contribui para democratização do acesso de mais agricultores e agricultoras aos conhecimentos e práticas geradas nas redes locais de agroecologia, assim como incentivar a comercialização da produção (MONTEIRO E LONDRES - Ipea, 2017).

Agroecologia é muito mais que um sistema de produção orgânico, englobados valores ambientais, sociais, culturais, éticos e políticos da agricultura. Devemos ter em mente que este sistema se adequa bem a pequena produção da agricultura familiar e camponesa. Tendendo a ser mais diversificada e interligada com o comércio local, também fortalece a vida rural das comunidades de agricultores familiares porque reforça o sistema de cooperativas, associações e comercialização dos produtos.

Além de ajudar os profissionais a compreender a importância das políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável, criando condições mínimas para agricultura familiar estar inserida no sistema econômico, por exemplo, as políticas de reforma agrária, créditos, assistência técnica e extensão rural agroecológica. Neste contexto, cita-se um marco referencial na agroecologia que é um documento elaborado para Embrapa, que acrescenta ideias para o debate acerca da agroecologia, no sentido de contribuição para o programa institucional com foco na agroecologia na Embrapa. (SOARES et al., 2006).

A agricultura com base na ecologia nasceu de uma necessidade de incorporação ecológica à produção agrícola e implica na coexistência de várias vertentes onde se aplica os princípios da ecologia dentro da agropecuária. Então, é a junção dos princípios agroecológicos aplicados aos sistemas agropecuários sustentáveis. A introdução de animais na agroecologia tornou-se uma renda extra para a agricultura familiar que por meio destes animais pode não só trabalhar com terra e vender os produtos de gênero vegetal, mas entra também com produtos de origem animal de criação orgânica. No Brasil as questões orgânica/agroecológica vêm ganhando mais espaço, Roderick e colaboradores (1996) levantam questões preocupantes, pois no caso da avicultura, suinocultura e bovinocultura leiteira são os grandes responsáveis pela economia ao contrário dos países europeus (SOARES et al., 2006).

Estudos realizados indicam que os agricultores familiares possuíam uma quantidade pequena ou não possuíam animais em suas propriedades, principalmente as que desenvolviam o sistema agroecológico, pois foram relatadas grandes dificuldades no trato dos animais. As principais dificuldades relatadas foram: alimentação dos animais, principalmente no período de seca; a aquisição/compra de animais idôneos; instalações que não oferecem bem estar adequado; manejo sanitário; e a produção de subprodutos de qualidade. Ao destacarmos a importância da criação de animais no sistema agroecológico, em especial ruminantes, indicamos pelo menos três funções: I- produção de esterco; II – diversidade na produção e; III – serviços (TOSETO et al., 2013)

O desenvolvimento dos sistemas de produção agroecológica requer uma incorporação de conhecimentos produzidos com base na ecologia pela ciência animal com enfoque metodológico para permitir uma conversação com as famílias que vivem e trabalham no campo desenvolvendo a criação de animais por incontáveis gerações. As práticas atuais, a memória biocultural dos sistemas de produção tradicional tem igual importância dentro da produção assim como as inovações que visam adequar os sistemas de agroecológico e da produção animal sustentável (GUELBER SALES, 2013).

Diversas escolas agrícolas dão sua contribuição ao desenvolvimento do sistema agroecológico. Muitas áreas das ciências agrônomicas e veterinárias, como a adubação orgânica, nutrição animal, conhecimentos de fitoterapia, homeopatia, etologia e bem estar animal aplicado à zootecnia orientam as práticas adequadas ao desenvolvimento dentro da pecuária agroecológica (MITIDIERO, 2002; GUELBER SALES, 2005).

Dentro das pesquisas agroecológicas deve-se levar em consideração os limites de pesquisas tradicionais com animais, predominante a cadeia produtiva ou o produto (carne, leite, mel, ovos entre outros). Neste enfoque sistêmico de desenhar e redesenhar da produção animal integrada aos demais sistemas da propriedade, como também a monitoração e avaliação dos resultados e impactos não somente dentro do agrossistema, mas nos sistemas agroalimentares locais, regionais e globais (FONSECA, 2000).

Não podemos deixar de ressaltar o papel das mulheres dentro da agricultura familiar, o envolvimento das mulheres nos temas da agroecologia e na produção orgânica, esta pautada no programa nacional Marcha das Margaridas desde 2011. Assim

com o tema alimentação saudável e da soberania alimentar que sempre esteve presente em todas as mobilizações na categoria de mulheres rurais nos últimos vinte anos (FONSECA, 2000).

Em 2011, a Marcha trouxe visibilidade a um “programa de massificação da agroecologia”, que dava ênfase ao conjunto de questões relacionadas com a produção, por exemplo terra, território, água, crédito e assistência técnica, mas que tinha um avanço na solução nos problemas de comercialização, tributação e pesquisa entre outros. A ênfase foi dada na produção alimentícia saudável, observando a questão da saúde e sustentabilidade ambiental. Sabendo que os produtos que saí do campo são produto agrícola, abrangendo os setores urbanos, e frisando sempre a participação das mulheres neste contexto. A Marcha também propõe que sejam incluídas campanhas massivas para dar uma visibilidade maior aos produtos agrícolas, bem como apoio a valorização dos jovens no campo, incentivos econômicos para promover a transição do sistema produção convencionais para o agroecológico; a incentivo à produção de sementes crioulas; e o acesso dos produtos agroecológicos aos programas de compra institucionais (Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE) (FONSECA, 2000).

Para resumir sabemos que os sistemas agroecológicos de produção animal envolvem muitos princípios que interferem na produção, mas devemos pensar no consumo responsável de alimentos de origem animal, que favoreça a população de uma maneira geral. Supondo, por isso, a adoção de um conceito “agroecossistema expandido” (GLIESSMAN, 2001) onde nota-se o fortalecimento e construção dos mercados locais. Em suma, a igualdade dos sistemas de produção, o consumo e a forma como está organizada os sistemas agroalimentares são de fundamental importância na definição do conceito e na construção da pecuária agroecológica.

4.4 - PRODUÇÃO ANIMAL AGROECOLOGICA

Dentro da perspectiva da agroindústria capitalista a visão é de que tudo é rentável, onde a rentabilidade se baseia no aumento da escala, da produção de grandes indústrias ou “fabricas de animais”, aumento do trabalho humano buscando sempre maior produtividade além da exploração dos caracteres genéticos deste animais, seja para produção de carne, leite, ovos entre outros produtos (GUELBER SALES, 2013)

Esta perspectiva não considera o bem-estar animal, os direitos dos criadores que produzem em pequena escala, das pessoas que atuam na indústria avícola e dos consumidores. Também não observam os direitos dos animais que atualmente vem sendo motivos de grandes discussões. Mas quando observamos por outras perspectiva, analisando a partir da política feminista (SAMPSON, 2008), da economia ecológica (MAX-NEEF,1998; NAREDO, 2003) e da ênfase que a agroecologia (SEVILLA GUZMÁN, 2006; GUELBER SALES, 2012).

Sampson (2008) ressalta que dentro das indústrias, por exemplo a avícola, o enfoque está na produção, distribuição e no consumo, porém não existe interesse em preservar os recursos, pois não consideram as preocupações ambientais (conservação, reprodução ou melhoria dos recursos naturais e daqueles produzidos) como as condições de reprodução social e a qualidade de vida.

Em detrimento deste modelo, que se baseia na produção massiva, principalmente para atender os grandes centros urbanos com produtos baratos e acessíveis que provêm das industriais, que se desenvolve abrangendo vários nichos dentro do mercado, há consumidores exigentes que procuram qualidade ao invés de quantidade. Neste ramo se destacam os produtos orgânicos de origem animal como leite e derivados, carne e ovos, que ainda encontram um mercado de consumo bem restrito (GUELBER SALES, 2013).

Guelber Sales (2010) relata que tudo dentro do mercado consumidor necessita de propaganda e aquilo que não aplica anúncios não causa interesse; como no caso dos produtos camponeses, de origem da agricultura familiar, seja para o consumo próprio ou para atender o mercado de alimentos locais e da produção em pequena escala. Destaca-se que esta produção guarda bastantes conceitos da agroecologia animal, por isso é bastante desejável em vários aspectos relacionados à sustentabilidade.

Sabemos que por questões de não se ter incentivos financeiros e por questões pessoais, muitos agricultores vêm abandonando o campo em busca de condições melhores para si e sua família. A produção de alimentos se torna insuficiente para entrar no mercado e, sem dúvida, a fome torna-se a pior consequência. As estatísticas indicam que já passam de bilhões de famintos no mundo, nas zonas rurais estão 75% da população mundial em situação precária, onde as mulheres e crianças são as mais afetadas (PUENTE, 2007; MORALES, 2011; ALTIERI & NICHOLS, 2012).

A agroecologia traz um referencial científico e metodológico norteador para o processo de transição do atual modelo de produção agropecuária e desenvolvimento rural para um modelo a base da agricultura e pecuária de fundamentos ecológicos e mais sustentáveis (GUELBER SALES, 2013). Esta nova perspectiva trouxe uma nova visão para os produtores que estavam insatisfeitos com os aspectos negativos da pecuária atual. Vários pesquisadores criaram as ideias que influenciavam justamente essa pecuária alternativa no início do século XX (GUELBER SALES, 2004).

Um dos pesquisadores defendia que ao invés de se tentar combater as doenças, que era um desequilíbrio da saúde do solo, deveria haver um equilíbrio através da recuperação da fertilidade perdida. A “agricultura orgânica” queria integrar animais na produção agrícola, não apenas como fonte de alimentos, mas com fonte de vida e nutrição para o solo. Andrea Voisin propõe o manejo racional, que compreende a integração homem-animal-planta-solo, isso inspirou vários outros estudiosos e ficou conhecido como “pastoreio Voisin” – PRV e “pastagem ecológica” (MELADO, 2000; 2003).

A produção de animais orgânicos certificado é pouco difundido no país, porém podemos enfatizar a criação de cabras e vacas leiteiras, bovino de corte orgânico, assim com a produção de suínos, frangos, ovos e mel, mesmo em pequena escala; onde a comercialização é feita diretamente ao consumidor ou por meio dos canais tradicionais (abatedores, frigoríficos entre outros), muitas vezes sem certificação de orgânico por conta dos custos desvantajosos para quem é pequeno produtor (FONSECA, 2000).

Estes produtos ainda precisam de uma legislação específica que se trata da sua origem, por exemplo, a produção de carne orgânica tem pré-requisitos específicos, estabelecidos por normas sanitárias. Já a produção leiteira muitas vezes é para o próprio

consumo ou de familiares e vizinhos, podendo ser vendida como produtos industrializados artesanalmente, em forma de queijos, manteigas, etc. comercializados em cestas, mercearias próximas da propriedade ou em feiras específicas (SOARES et al., 2006).

Fonseca (2000), destaca que estes produtos são comercializados em pequena escala (feiras, porta a porta, lojas) mediante a exigência sanitária, que é um dos grandes entraves da produção de orgânicos, pois precisam de estruturas dentro dos padrões que a legislação delimite. Em busca de uma solução, a legislação estadual e municipal de alguns Estados vêm facilitando aos pequenos agricultores e agroindústrias de pequeno e médio porte tanto a produção de origem animal como a vegetal. Uma grande mudança em nível de produtividade e genética foi oriunda da revolução verde. O aparecimento de várias enfermidades culminaram com o uso de medicamentos e os sistemas de criações que só geram produção, tornando os animais verdadeira máquinas, contribui para a incredibilidade na qualidade dos produtos. Para que se tenha a garantia da qualidade do produto, gerando segurança alimentar, se faz necessária a rastreabilidade da produção.

Quando se refere a produção orgânica, tem-se como objetivo trazer para as pessoas alimentos de origem animal de qualidade. Sabendo-se que substituir o sistema de produção convencional é praticamente impossível, resta fazer uma análise detalhada das vantagens e desvantagens do sistema convencional e tentar encontrar pontos em comum onde se faça a junção dos dois sistemas (orgânica e convencional), para que haja uma sintonia onde as duas estejam beneficiando o agricultor e o consumidor (SOARES et al., 2006).

No desenvolvimento da pecuária agroecológica devemos considerar as pesquisas tradicionais com animais, no qual o foco é o produto final ou a cadeia produtiva em geral. Este enfoque deve ser sistêmico propondo estruturação da produção animal em conjunto com os subsistemas da propriedade agropecuária, fornecendo subsídios para monitoração e avaliação dos resultados e impactos não só dentro do agroecossistema, mas também nos sistemas alimentares de um modo geral. Porém esses métodos de pesquisas tradicionais não fomentam base suficiente para o estudo da produção animal agroecológica e das inter-relações existentes. Com base no enfoque agroecológico é possível construir novos conhecimentos concretos, partindo da interação da biodiversidade ecológica, diversidade sociocultural local, saberes das famílias

agricultoras e o conhecimento técnico-científico que estão neste processo (GUELBER SALES, 2013).

Enfim, adotando o enfoque agroecológico, valorizamos o papel da agricultura familiar nesta transformação eco-social (agroecológica) e com um conhecimento bem fundamentado para que tudo seja concreto devemos incluir o diálogo de saberes (GLIESSMAN, 2001; CALLE & GALLAR, 2010).

5 – PERCEPÇÃO DE TÉCNICOS E EXTENSIONISTAS SOBRE A PRODUÇÃO ANIMAL: Desafios para ATER e Extensão Rural

IBGE (2009), em 2006 estimou que exista cerca de 4.367,904 milhões de propriedade de origem familiar, o que corresponde a cerca de 84% do total de unidades agropecuárias o que garante 74% de mão de obra no meio rural. A agricultura familiar detém 20% das terras e é responsável por 38% de toda produção nacional, fornecendo principalmente os principais alimentos dos brasileiros, arroz, feijão, milho, mandioca, hortaliças e pequenos animais. Desta forma é de extrema relevância a assistência técnica e Extensão Rural para melhorias nos processos produtivos, inclusive para a produção animal (CASTRO et al., 2014).

Após a extinção da Emater nas décadas de 80 e 90, o agricultor familiar ficou carente de assistência técnica, porque os médios e grandes produtores têm condições de acesso a outras fontes de assistências (empresas privadas, revendedores de produtos agrícolas, empresas multinacionais de insumos) que foram ganhando espaço, mas os agricultores familiares foram os mais prejudicados, pois houve uma carência de ATER por parte do poder público (IPEA, 2015).

Mesmo sabendo que é de interesse das empresas em vender seus produtos, não se pode negar que revendas de produtos agrícolas e empresas nacionais e multinacionais tenha ativamente participação no oferecimento de assistência técnica. Em muitas situações é o único contato que o agricultor vai ter com os profissionais da área (agrônomos, veterinários, zootecnista e técnicos agrícolas) justamente destas empresas (DUARTE e CASTRO, 2004).

A assistência técnica oferecida pelas políticas públicas que era oferecida pelo MAPA (Ministério da Agricultura e Pecuária) passou a ser pelo MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), em 2003, por isso houve grandes debates, pois para os agricultores ter acesso ao Pronaf, pro exemplo, tem que haver um projeto técnico sobre as atividade que serão desenvolvidas na propriedades (seja investimento, custeio), antes feita pelas Ematers, que atualmente é feito pelo Bancos que fazem parte de distribuição de créditos do Pronaf. O MDA no final de 2003 relata sobre a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, PNATER (BRASIL, 2004), apresentou cinco princípios norteadores de o novo ATER pública: i) segurada exclusividade para

agricultores familiares e beneficiários dos programas do MDA, um serviço público e gratuito; ii) promoção do desenvolvimento sustentável; iii) ter abordagens multidisciplinares e com fundamentos na agroecologia para ATER; iv) ter um modelo democrático da política, incluindo o controle social; e v) desenvolvimento de modelos educativos permanente e continuado dentro da PNATER (IPEA, 2015).

Seguindo uma breve análise dos enfoques do ATER atual para os modelos anteriores. ATER pública é exclusivo para agricultura familiar e que realiza mudança em dois principais motivos. Primeiro depois do desmonte da Emater e com os avanços das atividades agropecuárias desenvolvidas pelos grandes produtores (o agronegócio), os agricultores com maior poder aquisitivo passaram a ser atendidos por empresas especializadas e privadas. Em segundo, a realidade os recursos são escassos para atender uma demanda variada e crescente da sociedade, na impossibilidade destes recursos oferecidos não abranger todos os agricultores, opção por atender aqueles agricultores que tem menor capacidade de acesso a ATER que não a pública e gratuita e uma forma justa e eficaz de alocação de recursos públicos destinados para este serviço. (CASTRO, 2015).

Como os avanços dentro da agricultura para subsidiar o sustento de milhões de pessoas, vários pesquisadores tem um ranço ideológico quanto às técnicas empregado pela “revolução verde” que preconiza o uso de defensivos agrícolas, agrotóxicos para combater pragas e doenças, sem ao menos haver uma conscientização positiva ou negativa sobre estes produtos (como a contaminação dos solos e cursos d’água quando usado de forma incorreta) (CASTRO, 2015).

De acordo com as tecnologias neste modelo de exploração agrícola, por exemplo, a agricultura orgânica, que tem bases na agroecologia, sua produtividade é muito a baixo do que a agricultura “tradicional”. Esse estímulo tecnológico com viés ecológico, promovendo o desenvolvimento sustentável, é bastante sensato para a agricultura familiar. O modo de produção orgânico, agroecológico e bem mais intenso pela mão de obra (pelos tratamentos culturais mais demorados e o que resulta em menor quantidade de defensivos químicos), em contrapartida possui um valor de revenda maior em relação aos produtos equivalentes produzindo de forma não ecológica. O que torna mais adaptada para agricultura familiar, onde encontramos uma maior quantidade de mão de obra disponível por demanda territorial, possuindo um retorno financeiro

maior por unidade de área (justamente o fator de produção escasso para os agricultores familiares) (CASTRO, 2015).

Outra inovação foi à inclusão dos autores envolvidos no ATER pública, (extensionistas, associações de agricultores familiares, agentes públicos, pesquisadores entre outros) o que possibilitou pra agricultura familiar benefícios para que possa ter acesso aos programas oferecidos pelo governo federal, como acesso aos créditos, a inserção da agricultura familiar em programas públicos, como por exemplo, PNAE, PAA entre outros (IPEA, 2015).

Nesse sentido é importante saber o que pensam os técnicos de ATER e Extensionistas Rurais sobre a produção rural familiar de animais e seus derivados e os entraves quanto à comercialização desta produção em programas de compras governamentais, como o destacado nesta revisão de literatura.

A seguir apresentamos a percepção de um grupo de entrevistados sobre a essa questão.

PERCEPÇÃO DOS TÉCNICOS E EXTENSIONISTA

De acordo com extensionistas e técnicos entrevistados pelo meio de comunicação digital, podemos perceber que há muitos desafios para Assistência Técnica e Extensão Rural para os que desenvolvem atividades agroecológicas com os agricultores familiares da região de Pernambuco, principalmente em relação à produção animal agroecológica e seus derivados.

Foi formulada uma pergunta (Desafios que percebe para que a produção animal dos agricultores familiares seja comercializada em programa como o PNAE?) para estes profissionais que responderam (Tabela 1) de acordo com suas atividades e suas experiências acumuladas em campo, no acompanhamento das atividades produtivas dos agricultores familiares.

Tabela 1: Desafios relatados pelos Técnicos e Extensionistas entrevistados.

DESAFIOS	Técnicos e extensionistas	% por desafio
Legislação (exigências sanitárias, embargos, barreiras sanitárias entre outras)	6	25%
Falta de conhecimento sobre o programa	3	12,5%
Interesse Político	3	12,5%
Organização dos agricultores familiar	2	8,2%
Falta Extensão rural	5	21%
Compromisso dos gestores	2	8,2%
Custos	3	12,5%

Um técnico relatou três desafios: a legislação, a democratização e a organização dos agricultores familiares, como destacados a seguir:

*A **legislação**, quando se trata de produtos animais, é que não é adequada para agricultura familiar. De uma forma geral, na questão da inspeção sanitária, os municípios poderiam ter um sistema de fiscalização. O agronegócio que domina o setor por questões econômicas, (onde) a agricultura familiar não possui um orçamento adequado para entrar no mercado e competir de igual para igual;*

***Democratização**, no caso democratizar os programas de alimentação nas prefeituras, garantir um mecanismo de fiscalização pelo Ministério Público, para ver se as prefeituras estão cumprindo o que determina a lei em comprar 30% da agricultura familiar; e democratizar, (pois) há certos impasses na compra de produtos, por meio de “amigos” ou “falsas cooperativas”, que foram exclusivamente criadas para as pessoas, mas possuem um dono, e foram criadas para beneficiar uma única pessoa e não o coletivo. Colocando DAP's de agricultores que não produzem nada, acaba comprando os produtos em CEAGA, etc. Isso tornaria mais acessível para os agricultores familiares;*

***Organização** por parte dos agricultores para comercializar, para se organizar em associações e cooperativas coletivamente, se fortalecendo em uma entidade firmada e descentralizada, fazer escala de entregas dos produtos, por conta da sazonalidade entre outros fatores, por isso um associativismo e cooperativismo sério, comprometido com a atividade do campo, gerando um mercado abrangente para os agricultores familiares.*

Segundo outro extensionista os desafios são: o conhecimento do programa por parte dos agricultores, a legislação sanitária e os processos licitatórios rigorosos:

*... A **falta de conhecimento** por parte do agricultor do programa do governo não conhecendo os tramite legais do programa, como fazer para participar, qual documentação necessária, quais os alimentos que podem fazer parte do programa, entre outras informações que sejam disponibilizados aos agricultores familiares.*

*Os **processos licitatórios** que são rigorosos, que não há compra. Em relação à produção animal há toda uma legislação por trás que*

também provoca a falta de interesse do produtor, por exemplo, a carne bovina, para que este animal seja abatido, o produtor tem que fazer um deslocamento para abatedouro credenciado que haja uma inspeção sanitária, isso é um gasto a mais...então há todos um custo que para o agricultor que resulta em perda. Então preferem vender por meio de atravessadores, que recebem um pouco mais e não há outras despesas. A legislação também não beneficia os pequenos produtores, outro exemplo foi o que aconteceu em um município próximo do município de Garanhuns, foi um problema com a distribuição de frango caipira pelo PAA, no caso a ADAGRO, que é a gerencia responsável pelo trânsito de animais em Pernambuco. Pela legislação as aves devem ser abatidas em abatedouros exclusivo para aves, então toda a comercialização de frango caipira foi suspensa por conta dos entraves legais com abate de animais.

*E a questão que muitas prefeituras preferem fazer um **processo licitatório**, pois tem a tranquilidade, a garantia que os produtos vão ser entregues dentro do prazo estipulado do que comprar da agricultura familiar e acabar havendo algum contratempo, etc.*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, como programa que visa a compra de alimentos para merenda escolar, necessita que esses alimentos sejam de qualidades e produzidos de forma sustentável. Assim o governo federal pode continuar estimulando fortemente a agricultura familiar com este programa, uma vez que já possibilitou a entrada destas famílias no âmbito da inclusão social. Este programa trouxe benefícios para a agricultura familiar, como autoestima para o agricultor, organização produtiva, a participação direta no mercado, geração de renda, a participação ativa das mulheres e a segurança alimentar. Então podemos garantir que são diversos os adjetivos para afirmar que o PNAE contribui ativamente para a transformação da realidade de muitas famílias que trabalham na agricultura.

Assim citando o que consta na legislação brasileira em relação à agricultura familiar, temos leis específicas que beneficiam os produtos advindo desta vertente; a lei relata que no mínimo de 30% da compra de alimento para escolar da rede pública deve ser advinda da agricultura familiar, gerando renda para muitas famílias, o que permitiu que esta famílias se fixasse no campo.

Quando nos referimos à agricultura familiar não podemos deixar de destacar a produção de alimentos e animais agroecológicos, orgânicos; produzir de maneira sustentável, com pensamento de trazer benefícios à saúde das pessoas e principalmente às crianças em idade escolar, beneficiárias do PNAE. Por saber o quanto o mercado consumidor é extremamente exigente, principalmente ao que se refere à segurança alimentar, e redução do consumo de agrotóxicos, de conservação dos recursos naturais do nosso país o estímulo à adoção e práticas de produção agroecológicas é de suma importância, inclusive na perspectiva de produção animal e derivados.

Além da produção de alimentos agroecológico por parte da agricultura familiar, pode se observa o consórcio entre agricultura e pecuária. Isso acarreta um complexo benéfico para ambos os seguimentos, pois se torna uma fonte de renda a mais para os agricultores, pois com a criação de animais no sistema agroecológico acarreta agregação de valores, mesmo sabendo que é um pouco complicado sua produção por causa das legislações vigentes.

Sabemos que existe muitos entraves ainda no país em relação à produção orgânica ou mesmo agroecológica, que com tempo vem sendo desmitificada, pois quando refere-se a qualidade de produtos seja de origem animal ou vegetal o que

importa é como estes alimentos chegaram ao seu consumidor de maneira que beneficiem não só consumidor mas o agricultor familiar também.

Um dos grandes desafios que encontramos na atualidade é a falta de assistência técnica, são os altos custos de produção, as legislações que não são específicas para produção agroecológica, mas além de todas desvantagens encontramos pessoas e profissionais dispostos a ajudar a agricultura familiar a prosperar, não são na produção de alimento de origem vegetal de qualidade, mas de origem animal também, que são extensionistas, técnicos (agrônomos, zootecnistas, veterinários etc) que trabalham focados em beneficiar tal grupo.

Enfim este trabalho possibilitou um resgate não só sobre o PNAE, mas em relação à agricultura familiar, aos princípios agroecológicos ou mesmo orgânico, à produção de alimento saudáveis e de forma sustentável, e à produção animal de uma forma sustentável e com uma visão próspera de um futuro melhor para a agricultura familiar.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, RICARDO. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Editora HUCITEC, 1992. 276p.

ABREU, M. Alimentação Escolar na América Latina: programas universais ou focalizados/políticas de descentralização. **Merenda Escolar**. 1995, v15. N67. jul-set. Disponível em: < <http://www.inep.gov.br/Cibec/linha> >

ALTIERI, M. A.; NICHOLS, C. Agroecologia: única esperanza para la soberania alimentaria y la resiliencia socioecologia. Socla. Artículo preparado para Rio+20. Disponível em: < <http://rio20.net/wp-content/uploads/2012/06/final2.pdf> >

ANDRADE, GISLÂNIA DANTAS de. **PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTOS ESCOLAR – PNAE: uma leitura dos processos, procedimentos e autores sociais, a partir da Lei 11.947/2009, no município de Campina Grande – PB**. Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA, 2006.

BRASIL, Ministério da Educação. **Histórico do PNAE – Portal do FNDE**. Disponível em: < <https://www.fnde.gov.br/index.php/progrmas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-historico?tmpl=component&print=1> >.

BRASIL, **LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009**. Disponível em: < <https://www.fnde.gov.br/legislacoes/institucional-leis/item/3345-lei-n%C2%BA-11947-de-16-de-junho-de-2009> >

BRASIL. **Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE**. Disponível em: < <http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/4620-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnden%C2%BA-26,-de-17-de-junho-de-2013>>.

_____. **Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003**. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, p. 8, 24 dez. 2003.

BRASIL. Sobre o PNAE. O que é?. Portal do FNDE. 2019. Disponível em: < <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-sobre-o-pnae?tmpl=component&print=1> >

BRUMER, A. “A exploração familiar no Brasil” . *In: LAMARCHE, H. (coord.). A agricultura familiar: comparação internacional*. Trad. de Maria Naoko Tijiuva. Campinas UNICAMP, 1993, p.179-234, (coleção repertórios).

CASTRO, N. de, Desafios da Agricultura Familiar: o caso da Assistência Técnica e Extensão Rural. **Boletim Regional, urbano e ambiental**, 2015.

CASTRO, C. N.; RESENDE, G. M.; PIRES, M. J. S. **Avaliação dos impactos regionais do Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf)**. Brasília: Ipea, 2014.

CAPORAL, F. R.; PAULUS, G.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. Brasília, 111 p. 2009.

DUARTE, J.; CASTRO, A. M. G. **Comunicação e tecnologia na cadeia produtiva da soja em Mato Grosso**. Brasília: Embrapa Informação Tecnologia. 2004

FONSECA, M. F. A. C. **Cenário da produção e da comercialização dos alimentos orgânico**. Workshop sobre produção orgânica de leite, Juiz de Fora, Embrapa Gado de Leite, Juiz de Fora, 2000.

FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE. Aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar. Disponível em: < <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-material-de-divulgacao/alimentacao-manuais> >

____FNDE. Cartilha Nacional de Educação Escolar. Disponível em: < <http://www.fnde.gov.br/arquivos/category/116-alimentacao-escolar?download=9572:pnae-cartilha-2015> >

____Dados da Agricultura Familiar. Disponível em: < <http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar> >

E. GUANZIROLI et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 288 p.

GLIESSMAN, S. R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. 2. Ed. Porto Alegre, Ed. Universidade, UFRGS, 2001.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro** – Campinas, SP: UNICAMP.IE, 1999 (Coleção Pesquisas, 1).

GRAZIANO, J. da Silva. “Antecedentes históricos”. *In: Estrutura Agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1978. p. 31-32.

GRIZA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estados no Brasil. *Rev. Econ. Social. Rural*. V.52supl.1. Brasília, 2014. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-2003214000600007 >

GUELBER SALES, MARCIA NEVES. A Atividade Pecuária na Perspectiva da Transição Agroecológica. *In: Zootecnia com Sustentabilidade* [recurso eletrônico] /Gercílio Alves de Almeida Júnior...[et al], organizadores - Alegre, ES: CAUFES, 2013.

GUELBER SALES, M.N. Expresiones de la avicultura familiar capixaba: sacando de la invisibilidad la crianza a pequeña escala y sus agentes. Tese de doutorado. Universidad de Córdoba, 2012.

GUELBER SALES, M. N. Trator de galinhas: resgatando o lugar da avicultura camponesa. *In: III Congreso de Agroecología y Agricultura Ecológica*, 2010. Vigo. **Agroecología y Soberanía Alimentaria**. GIEEA/UVIGO, 2010

GUELBER SALES, M. N.; PADILHA, J. C. F; SCHMIDT, W. **Construção participativa de um referencial sócio-técnico para a criação agroecológica de galinhas (*Gallus domesticus*)**. Eisforia (UFSC), Florianópolis, v. 2, n.2, p. 126-152, 2004.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 2. Ed. Porto Alegre, Ed. Universidade, UFRGS, 2001.

LAMARCHE, H. “A agricultura familiar: uma realidade multiforme”. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. A análise da empresa familiar agrícola ou industrial. *In: Association des Ruralistes Français. Lê monde Rural et lês Sciences Sociales: omission ou fascination*. Tradução de Auro Luiz da Silva. Paris, 1994 a. XIX. Colóquio da Association des Ruralistes Françaises

LOUREIRO, M. R. G. **TERRA, FAMÍLIA E CAPITAL. Formação e expansão da pequena burguesia rural em São Paulo**. Editoras Vozes, Petrópolis. 1987. 182p.

MONTEIRO, D.; LONDRES, F. Pra que a vida nos dê flor e frutos: notas sobre a trajetória do movimento agroecológico no Brasil. *In: A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil – Uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável*/organizadores: Regina Helena Rosa Sambuíchi..[et al.]. – Brasília: IPEA, 463 p, 2017.

MAX-NEEF, M.A. **Desarrollo a escala humana**. Montevideo, Nordan Comunidad, 1998.

MELADO, J. **Manejo de pastagem ecológica – Um conceito para o terceiro milênio**. Aprenda Fácil Editora, Viçosa – MG, 2000. 224 p.

MELADO, J. **Pastoreio racional Voisin: fundamentos, aplicações, projetos**. Aprenda Fácil Editora, Viçosa – MG, 2003. 300 p.

MITDIERO, A. MM. A. Potencial do uso de homeopata, bioterápicos e fitoterapia como opção na bovinocultura leiteira: avaliação dos aspectos sanitários e de produção. 119p. Dissertação(Mestrado e Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC. 2002.

MORALES, J.H. **La Agroecología En La Construcción De Alternativas Hacia La Sustentabilidad Rural**. México, Siglo XXI Editores/ITESO, 2011

MOREIRA, Roberto J. A pequena produção e a composição orgânica do capital. **Revista de Economia Política**. n, 3, julho – setembro/1981p. 41 á 55.

NAREDO, J. M. **La economía en evolución: historias y perspectivas de las categorías básicas del pensamiento económico**. 3 Ed. España, Siglo XXI, 2003.

NUNES et al. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como políticas de inclusão na agricultura familiar do Nordeste do Brasil. *Revista Grifos* n.45, 2018.

PINHEIRO, D. “A agricultura familiar e suas organizações, o caso das associações de produtores”. *In: TEDESCO, J.C. (org.) A agricultura familiar, realidades e perspectivas. Passo Fundo*: EDIUPP, 1999. p. 329 . 355.

PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR – PRONAF, caderno de capacitação Nº 1, BRASÍLIA, 2002. 50p.

PUENTE, C. J. **Los proyectos de cooperación en la construcción de la soberanía alimentaria**. Aportes estratégicos. Madrid, ACSUR, 2007.

RODERICK, S.; SHORT, N.; HOVI, M. Organic livestock production. Animal health and welfare research priorities. Reading: University of Reading, United Kingdom, 1996. 30p.

SAVOLDI, ANDRÉIA; CUNHA, LUIZ ALEXANDRE. Uma abordagem sobre a agricultura familiar, PRONAF e a modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná na década d 1970. **Revista Geografar – Curitiba**, v. 5, n. 1, p. 25-45, jan./jun. 2010.

SAMPSON, K. **A feminist political economic analysis of the US chicken industry**. Development, 51 (4), pp. 547-554, 2008.

SEVILLA GUZMÁN, E. **De la Sociología Rural a la Agroecología**. Barcelona, Icaria, 2006.

SOARES, J. P. G.; CAVALCANTE, A. C.R.; HOLANDA JÚNIOR, E. V. Agroecologia e Sistema de Produção Orgânico para Pequenos Ruminantes. Embrapa, 2006.

TOSETO, ESTEVÃO MARCONDES; CARDOSO, IRENE MARIA; FURTADO, SILVIA DANTAS COSTA. A importância dos animais nas propriedades familiares rurais agroecológicas. **Revista Brasileira de Agroecologia**. 8(3): 12-25, 2013.